



RJPAR-12/006

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
BANCO GUANABARA S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Guanabara S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas não contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nessas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Guanabara S.A., em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 25 de março de 2011, não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2012.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – F – 757 – RJ

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491-S-RJ

Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG – 38.018-S-RJ



BANCO GUANABARA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	31.12.11	31.12.10
ATIVO		
CIRCULANTE	687.552	575.983
Disponibilidades	4.090	2.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez	367.076	314.367
Aplicações em operações compromissadas	367.076	275.058
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	39.309
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24	24
Carteira própria	24	24
Relações interfinanceiras	22	1.341
Créditos Vinculados	22	1
Correspondentes	-	1.340
Operações de créditos	315.249	251.773
Setor privado	327.434	269.339
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.185)	(17.566)
Operações de arrendamento mercantil	(2.608)	(3.772)
Setor privado	17.887	31.747
Rendas a apropriar de arrendamentos	(17.213)	(31.630)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.282)	(3.889)
Outros créditos	3.365	4.894
Negociação e intermediação de valores	6	2
Diversos	5.889	5.303
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.530)	(411)
Outros valores e bens	334	5.038
Outros valores e bens	320	5.005
Despesas antecipadas	14	33
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	225.892	202.080
Títulos e valores mobiliários	25.175	22.575
Carteira própria	25.175	22.575
Relações interfinanceiras	2.462	2.124
Créditos Vinculados	2.462	2.124
Operações de crédito	196.129	175.740
Setor privado	196.129	175.740
Operações de arrendamento mercantil	-	-
Operações de arrendamentos a receber		
Setor privado	9.483	20.501
Rendas a apropriar de arrendamentos	(9.483)	(20.501)
Outros créditos	2.126	1.641
Diversos	2.126	1.641
PERMANENTE	111.616	158.338
Investimentos	1.543	1.543
Outros investimentos	1.543	1.543
Imobilizado	109.990	156.596
Outras imobilizações de uso	2.852	2.350
Depreciações acumuladas	(1.768)	(1.532)
Imobilizado de arrendamento	214.408	285.467
Depreciações acumuladas	(105.502)	(129.689)
Diferido	83	199
Gastos de organização e expansão	658	829
Amortizações acumuladas	(575)	(630)
Total do Ativo	1.025.060	936.401

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



BANCO GUANABARA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	31.12.11	31.12.10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	214.603	337.857
Depósitos	52.518	178.998
Depósitos à vista	10.080	9.155
Depósitos a prazo	42.438	169.843
Obrigações por empréstimos e repasses	117.945	103.858
FINAME	117.945	103.858
Outras obrigações	44.140	55.001
Arrecadação de tributos e assemelhados	284	182
Sociais e estatutárias	-	5.209
Fiscais e previdenciárias	21.321	15.303
Negociação intermediação valores	470	622
Diversas	22.065	33.685
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	676.359	480.650
Depósitos	427.635	251.305
Depósitos à prazo	427.635	251.305
Obrigações por empréstimos e repasses	135.566	125.929
FINAME	135.566	125.929
Outras obrigações	113.158	103.416
Fiscais e previdenciárias	13.837	22.610
Dívidas Subordinadas	59.523	43.482
Diversas	39.798	37.324
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	61	103
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	134.037	117.791
Capital social	66.000	60.000
Reservas de capital	1.812	1.812
Reservas de lucros	66.225	55.979
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.025.060	936.401

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



BANCO GUANABARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	31.12.11	31.12.11	31.12.10
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.287	180.986	171.638
Rendas de operações de crédito	35.022	68.878	54.819
Rendas de arrendamento mercantil	31.791	70.174	86.734
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.474	41.934	30.085
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(67.009)	(137.840)	(136.505)
Despesas de captação no mercado	(27.871)	(54.809)	(41.347)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(6.656)	(12.747)	(10.338)
Despesas de arrendamento mercantil	(27.907)	(60.852)	(70.891)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.575)	(9.432)	(13.929)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.278	43.146	35.133
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(13.009)	(21.824)	(16.335)
Receitas de prestação de serviços	475	874	992
Despesas de pessoal	(5.492)	(9.933)	(8.490)
Outras despesas administrativas	(6.405)	(9.897)	(7.108)
Despesas tributárias	(1.650)	(3.159)	(3.203)
Outras receitas operacionais	407	851	2.260
Outras despesas operacionais	(344)	(560)	(786)
RESULTADO OPERACIONAL	8.269	21.322	18.798
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.292)	(1.732)	(2.068)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO	6.977	19.590	16.730
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	104	(289)	(1.416)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	188	(458)	(2.335)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	(719)	(738)	(426)
LUCRO DO PERÍODO	6.550	18.105	12.553
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(3.581)	(7.067)	(6.438)
LUCRO POR AÇÃO	0,10	0,27	0,21

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



BANCO GUANABARA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldo em 30.06.11	66.000	1.812	777	54.411	8.068	131.068
Lucro Líquido do semestre					6.550	6.550
Destinações:						
Reservas			551	10.486	(11.037)	-
Juros sobre Capital Próprio					(3.581)	(3.581)
Saldo em 31.12.11	66.000	1.812	1.328	64.897	-	134.037
Saldo em 31.12.10	60.000	1.812	777	55.202	-	117.791
Aumento Capital						
Em espécie	5.209					5.209
Com Reservas	791			(791)	-	-
Lucro Líquido do exercício					18.105	18.105
Destinações:						
Reserva Legal			551		(551)	-
Juros sobre Capital Próprio					(7.068)	(7.068)
Outras Reservas				10.486	(10.486)	-
Saldo em 31.12.11	66.000	1.812	1.328	64.897	-	134.037
Saldo em 31.12.09	55.000	1.816	471	10.094	39.915	107.296
Atualização Título Patrimonial		(4)				(4)
Aumento Capital						
Em espécie	4.384					4.384
Com Reservas	616				(616)	-
Lucro Líquido do exercício					12.553	12.553
Destinações:						
Reserva Legal			306		(306)	-
Juros sobre Capital Próprio					(6.438)	(6.438)
Outras Reservas				45.108	(45.108)	-
Saldo em 31.12.10	60.000	1.812	777	55.202	-	117.791

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



BANCO GUANABARA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Semestre findo em 31.12.11	Exercício findo em 31.12.11	Exercício findo em 31.12.10
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	6.550	18.105	12.553
Ajuste ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações	14.376	37.287	62.565
(Superveniência) / Insuficiência da depreciação	12.904	18.902	(3.938)
Lucro Líquido Ajustado	33.830	74.294	71.180
(Aumento) e Redução em ativos operacionais			
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	18.448	(5.188)
(Aumento)/Redução Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	4
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.917	982	315
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito, líquido de baixas/recuperações	(41.963)	(83.863)	(120.644)
(Aumento)/Redução em Arrendamento Mercantil, líquido de baixas/recuperações	850	(1.164)	(1.128)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	1.365	906	2.334
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	4.279	4.704	520
Aumento e (Redução) em Passivos operacionais			
Aumento/(Redução) em depósitos	35.106	49.851	18.266
Aumento/(Redução) Relações Interfinanceiras e Interdependências	(18)	-	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo e Repasse	8.430	23.723	79.102
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(6.325)	(984)	51.185
Aumento/(Redução) Resultado Exercício Futuro	22	(42)	50
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	37.493	86.855	95.996
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Redução em Títulos Valores Imobiliários	(1.344)	(2.601)	(1.999)
Alienação Imobilizado de Arrendamento	2.003	5.394	6.658
Aquisição de Imobilizado de Uso	(451)	(500)	(101)
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(2.775)	(14.360)	(42.700)
Aplicação de Diferido	-	-	(173)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	(2.567)	(12.067)	(38.315)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital em dinheiro	-	5.209	4.384
Juros s/Capital Próprio	(3.581)	(7.068)	(6.438)
Caixa utilizado nas Atividades de Financiamento	(3.581)	(1.859)	(2.054)
(Redução) / Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	31.345	72.929	55.627
No início do período	339.821	298.237	242.610
No fim do período	371.166	371.166	298.237

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.



BANCO GUANABARA

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de Vsas., as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societárias adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010. Rio de Janeiro, 13 de março de 2012. **A Diretoria**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **BANCO GUANABARA S.A.** é uma sociedade de capital fechado, operando sob a forma de Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos e de Arrendamento Mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de



BANCO GUANABARA

liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os compromissos assumidos por vendas e/ou recompras são reconhecidos nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto e operações compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, líquidos das rendas e despesas a apropriar reconhecidas no resultado "*pro rata temporis*".



d. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a Administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os **instrumentos financeiros derivativos** – “Hedge” de Risco de Mercado são contabilizados pelo valor de custo, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no resultado, já que os mesmos serão levados até o vencimento.



BANCO GUANABARA

e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os saldos de repasses interfinanceiros, operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do trimestre. As rendas e despesas pré - fixadas são apropriadas ao resultado, " *pro rata*" dia, de acordo com o prazo das operações.

As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

f. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil é constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral; entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais precisas do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

g. Investimentos

Os investimentos permanentes estão registrados pelo valor de custo, líquido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens e a depreciação do imobilizado de arrendamento é calculada de forma acelerada, segundo as determinações da Portaria MF n.º 140/84. Os bens objeto de arrendamento são depreciados no prazo de vida útil - econômica estabelecida pela legislação tributária, reduzidos em 30% (trinta por cento). A taxa anual considerando essa aceleração é de 28,57% para veículos.

A superveniência de depreciação é constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular n.º 1.429/89, do Banco Central do Brasil, e resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor atual das contraprestações a vencer desses contratos. Está calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, classificada na demonstração do resultado em "Receitas com Operações de Arrendamento Mercantil".



BANCO GUANABARA

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado, no mínimo, anualmente. Em 31 de dezembro de 2011 não foram reconhecidas perdas de ativos por *impairment*.

i. Diferido

O diferido é registrado ao custo de aquisição. A amortização dos gastos de organização e expansão será efetuada pelo período de 05 (cinco) anos, ou 20% ao ano.

Em consonância com a Resolução do CMN nº. 3.617, de 30/09/2008, os saldos existentes devem ser mantidos até a sua efetiva baixa. A partir da publicação desse normativo só serão registrados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento de resultado de mais de um exercício e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional.

j. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os saldos de Depósitos a Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil e a contribuição social constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda diferido no passivo de longo prazo decorre da superveniência e/ou insuficiência de depreciação, pertinentes às operações de *leasing*.

A provisão para contribuição social foi calculada à alíquota de 15% (quinze por cento), ajustado na forma da legislação em vigor, com o reconhecimento da "Superveniência e/ou Insuficiência".



BANCO GUANABARA

I. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores legais são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

m. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.



BANCO GUANABARA

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo desta rubrica está representado por:

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Aplicações no mercado aberto		
. Letras Financeiras do Tesouro	168.135	225.184
. Notas do Tesouro Nacional	33.342	15.012
. Letras do Tesouro Nacional	165.825	35.027
. Rendas a apropriar	(226)	(165)
Total (R\$ mil)	367.076	275.058
Aplicações em depósitos		
Não Ligadas	-	39.309
Total (R\$ mil)	-	39.309
Total (R\$ mil)	367.076	314.367
Por Prazo		
Valores a curto prazo	367.076	314.367
Total (R\$ mil)	367.076	314.367

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em conformidade com a Circular nº. 3.068, de 08/12/2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários foram classificados em "*mantidos até o vencimento*", portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, contabilizados no resultado do período.

Em atendimento a Circular nº. 3.082, de 30/01/2002, do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos passam a ser avaliados ao valor de mercado, exceto quando forem contratados em negociações associadas às operações ou aplicações de recursos, no qual a valorização ou desvalorização de mercado será desconsiderada.



BANCO GUANABARA

a. Títulos mantidos até o vencimento:

A composição da carteira de títulos, demonstrada pelo seu valor de custo, atualizado monetariamente, é a seguinte:

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Carteira Própria		
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	25.102	22.489
Títulos da Dívida Agrária	97	109
Total (R\$ mil)	25.199	22.598
Por prazo		
Valores a curto prazo	24	24
Valores a longo prazo	25.175	22.574
Total (R\$ mil)	25.199	22.598

Os títulos classificados nesta categoria não se caracterizam como perda permanente.

Quanto ao Vencimento:

	31.12.11				
	Até 3 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Acima 05 anos	Total Carteira
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	24	25.150	25	-	25.199
Total - (R\$ mil)	24	25.150	25	-	25.199

	31.12.10				
	Até 3 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Acima 05 anos	Total da Carteira
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	-	24	22.536	38	22.598
Total - (R\$ mil)	-	24	22.536	38	22.598



BANCO GUANABARA

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 237 dias. As operações "FINAME" apresentam prazo médio de vencimento de 446 dias.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Banco é arrendador de máquinas, veículos e afins, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil, com cláusulas de atualização conforme estabelecido contratualmente. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, com prazo médio de 232 dias e as operações de "FINAME LEASING" apresentam prazo médio de vencimento de 350 dias.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a. Composição das operações de crédito por tipo e atividade:

Por atividade	Saldo da Carteira	
	31.12.11	31.12.10
Indústria	66.469	63.435
Comércio	96.925	86.799
Outros Serviços	402.073	372.674
Intermediação financeira	915	2.362
Pessoa Física	12.045	13.888
Total - (R\$ mil)	578.427	539.158



BANCO GUANABARA

Por tipo	Saldo da Carteira	
	31.12.11	31.12.10
Arrendamento	49.311	87.899
Empréstimos	245.090	213.412
Financiamentos	278.472	231.668
Outros créditos	5.554	6.179
Total - (R\$ mil)	578.427	539.158

b. Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.11	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	5.023	0,87%	-
A	0,50%	276.039	47,72%	1.380
B	1,00%	187.839	32,47%	1.878
C	3,00%	83.502	14,44%	2.505
D	10,00%	11.756	2,03%	1.175
E	30,00%	3.348	0,58%	1.004
F	50,00%	263	0,05%	132
G	70,00%	2.448	0,42%	1.714
H	100,00%	8.209	1,42%	8.209
Total		578.427	100,00%	17.997

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.10	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	16.896	3,13%	-
A	0,50%	198.229	36,77%	991
B	1,00%	203.524	37,75%	2.035
C	3,00%	90.524	16,79%	2.716
D	10,00%	13.775	2,55%	1.378
E	30,00%	728	0,14%	218
F	50,00%	1.907	0,35%	954
G	70,00%	-	0,00%	-
H	100,00%	13.575	2,52%	13.575
Total		539.158	100,00%	21.867



BANCO GUANABARA

c. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Saldo no início do período	21.867	22.352
Constituição da provisão	10.768	21.748
Reversão da provisão	(4.455)	(7.819)
Créditos baixados como prejuízo	(10.183)	(14.414)
Saldo no final do período	17.997	21.867

No exercício foi recuperado o montante de R\$ 2.135 mil (R\$1.357 mil em 2010), referente a créditos baixados como prejuízo. O Banco renegociou no exercício R\$ 1.698 mil das operações classificadas em perdas.

9. IMOBILIZADO

Está assim constituído:

	Taxa de Depreciação a.a	Exercício findo em	
		31.12.11	31.12.10
Imobilizado de Uso			
Instalações	10%	381	124
Móveis e equipamentos	10%	439	412
Sistema de comunicações	10%	120	117
Sistema de processamento de dados	20%	1.896	1.680
Sistema de Segurança	20%	17	17
Imobilizado de Uso		2.853	2.350
(-) Depreciação acumulada		(1.769)	(1.532)
Total do Imobilizado de Uso - (R\$ mil)		1.084	818
Imobilizado de Arrendamento			
Máquinas e Equipamentos		1.041	2.090
Veículos e afins		131.500	180.045
Equipamentos de Informática		-	654
Aeronaves		2.447	2.447
Superveniência de depreciação		79.420	100.231
Imobilizado de Arrendamento		214.408	285.467
(-) Depreciação acumulada		(105.502)	(129.689)
Total do Imobilizado de Arrendamento - (R\$ mil)		108.906	155.778
Total do Imobilizado - (R\$ mil)		109.990	156.596



BANCO GUANABARA

10. DEPÓSITOS

a. A carteira estava assim constituída:

Quanto ao Vencimento:

Depósitos	31.12.11						Total Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	05 a 15 anos	
À Vista	10.080	-	-	-	-	-	10.080
A Prazo	-	12.216	30.223	427.634	-	-	470.073
Total - (R\$ mil)	10.080	12.216	30.223	427.634	-	-	480.153

Depósitos	31.12.10						Total da Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	05 a 15 anos	
À Vista	9.155	-	-	-	-	-	9.155
A Prazo	-	42.114	127.728	251.305	-	-	421.147
Total - (R\$ mil)	9.155	42.114	127.728	251.305	-	-	430.302

b. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Com objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco, em 2010 e 2011, efetuou captações na modalidade de "Instrumentos de Dívida Subordinada" com emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$ 10.000 mil, e notas subordinadas, no montante de R\$ 40.000 mil. Atualmente, ambas estão com vencimento entre quatro a cinco anos. As emissões tiveram aprovação do Banco Central para serem utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência. As letras são remuneradas a taxa de 100% do CDI.

As dívidas totalizaram, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 59.523 mil (R\$ 43.482 mil, em dezembro de 2010).



BANCO GUANABARA

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os repasses no país são compostos por recursos originários de fundos ou programas oficiais, especialmente o "FINAME", os quais são sujeitos às seguintes taxas:

- Finame Pós – 1,55% a.a. + TJLP;
- Finame Leasing Pós – 9,94%;
- Finame Pré – 5,15%; e
- Finame Leasing Pré – 7,31%.

	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Por tipo		
Repasses no País	253.511	229.787
Total (R\$ mil)	253.511	229.787
Por prazo		
Valores a curto prazo	117.945	103.858
Valores a longo prazo	135.566	125.929
Total (R\$ mil)	253.511	229.787

Quanto ao Vencimento:

	31.12.11			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total da Carteira
Repasses no País				
FINAME	31.138	86.807	135.566	253.511
Total - (R\$ mil)	31.138	86.807	135.566	253.511

	31.12.10			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total da Carteira
Repasses no País				
FINAME	27.701	76.157	125.929	229.787
Total - (R\$ mil)	27.701	76.157	125.929	229.787



BANCO GUANABARA

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 66.000 mil, representado por 66.000.000 ações ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara transferiu para Reservas Especiais de Lucros o valor de R\$ 64.897 mil, referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos.

c. Juros sobre Capital Próprio

São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros sobre capital próprio foram creditados líquidos de Imposto de Renda na Fonte e pagos no montante de R\$ 6.007 mil, no ano.

13. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de suas atividades. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar conhecido como Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de risco de crédito e riscos operacionais, mantendo o capital mínimo requerido de 11,00% do patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco. O Banco Guanabara S.A. apresentou, ao final do exercício de 2011, índice de 26,70%, estando bem acima dos 11% determinado pelo Basileia II.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 3.467/07, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais – Controles Internos e Gestão de Risco. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão o Banco possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades-fins. Integram esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:



BANCO GUANABARA

Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia "Value at Risk", que é calculado diariamente, considerando os princípios ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". O relatório anual está disponível na instituição e no seu *site*;

Risco de Crédito - A Gestão do Risco de Crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 3.721, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2009. Em linha com as recomendações do acordo de Basileia II e observadas às melhores práticas de gestão de risco. Nossa política objetiva a identificação, mensuração, controle e mitigação do Risco de Crédito, através de monitoramento integrado e contínuo desse risco, buscando garantir a integridade e a qualidade dos ativos do Banco, adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) aos riscos assumidos, níveis adequados de risco e controle e previsibilidade de perdas, contribuindo para o equilíbrio do lucro da instituição e para a consecução dos objetivos e metas pré-estabelecidos;

A aprovação do crédito segue a política de gestão do risco de crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte;

Risco de Liquidez - O risco de liquidez do Banco é gerenciado através da análise de projeção do Fluxo de Caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação "normal e estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos que possam afetar significativamente a liquidez do banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e

Risco Operacional - A área de gestão de risco é responsável pela atividade de gerenciamento. Essa estrutura visa atender o dispositivo da Resolução CMN n.º 3.380/2006, tendo sido implementados a política institucional os procedimentos e o sistema necessário para que o gestor identifique, avalie, monitore os riscos associados ao Banco. A descrição da estrutura de risco operacional encontra-se disponível na instituição e no seu site na internet.



BANCO GUANABARA

15. OUVIDORIA

Em conformidade a Resolução CMN 3.477/2007 e disposições complementares, que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara implantou sua área de Ouvidoria, que pode ser acessada através do número 0800-2822561, ou do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JACOB BARATA, Presidente
JACOB BARATA FILHO, Vice Presidente
DAVID FERREIRA BARATA, Vice Presidente
ROSANE FERREIRA BARATA, Vice Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS, Diretor Presidente
ANTONIO PÁDUA ARANTES, Diretor Superintendente
JOSÉ ROBERTO REIS PRUDENTE, Diretor
JOSÉ ROBERTO SIMÕES COUTINHO, Diretor
ROBERTO LEONARDO MOREIRA, Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

IVAN SOUSA DE MORAIS
Contador – CRCRJ Nº. 062.649/O-7